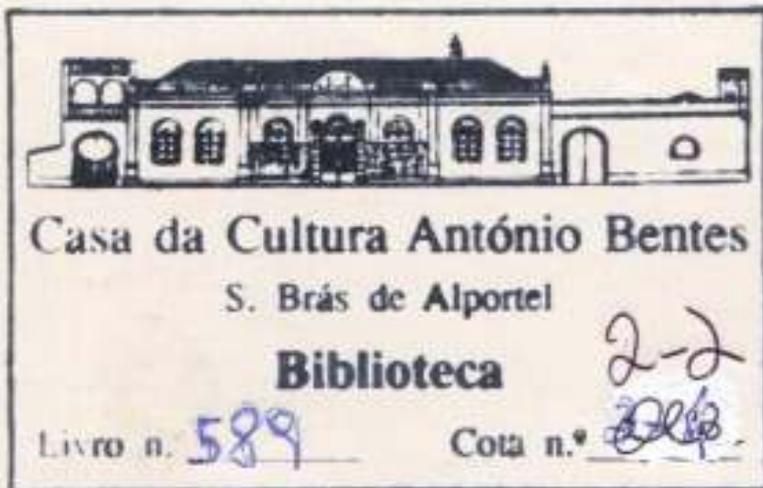




*M. GOMES GUERREIRO*

---

O ALGARVE  
DO FUTURO  
NA  
PERSPECTIVA  
ECOLÓGICA



O ALGARVE DO FUTURO  
NA  
PERSPECTIVA ECOLÓGICA



O ALGARVE DO FUTURO  
NA  
PERSPECTIVA ECOLÓGICA

*M. GOMES GUERREIRO*

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
LISBOA 1977

*Conferência proferida no salão nobre da Junta Distrital do  
Algarve, a convite do Governador Civil de Faro, Dr. Júlio  
Filipe de Almeida Carrapato, no dia 30 de Setembro de 1977.*

Uma vez mais ousou falar do Algarve perante um auditório composto por amigos e conterrâneos. Entretanto os problemas continuam a ser os mesmos, agora possivelmente ainda mais exacerbados pelo tempo que passou e porque livremente deles nos podemos ocupar. Apenas o turismo continua a crescer desmesuradamente, mas esta actividade não se reflecte de modo francamente positivo na estabilidade da economia do povo algarvio. A debilidade estrutural e produtiva da Província poderá obrigar, tal como certa vez dissemos, a que o «turista nórdico desça um dia em Faro munido de víveres e de água para suplementar a magra porção que lhe cabe no racionamento dos recursos regionais disponíveis» \*. De resto isso já sucede com a carne e o leite, e até o alojamento viria de fora se as distâncias fossem mais curtas e portanto mais convidativas ao transporte de atrelagens.

Iremos repetir o que temos afirmado sobre a necessidade de uma gestão correcta do ciclo hidrológico a partir da enorme bacia de recepção da serra pluviosa. Uma vez mais diremos que a falta de água e a impreparação profissional do algarvio continuam a ser os principais estrangulamentos do processo capaz de conduzir um dia o povo desta terra à prosperidade, à elevada qualidade de vida e portanto à felicidade que merece.

---

\* «O Algarve à luz de um ordenamento dos seus recursos naturais», por M. Gomes Guerreiro. Luanda, 1973 (reedição).

A verdade é que a nossa Província, radiosa, álaçre e seca, habitada por um povo alegre e palrador, de convívio fácil e desprendido, só produz com canseiras — só é fecunda a partir do trabalho árduo e permanente obedecendo a perspectivas ecológicas correctas, com empresários conscientes e com mão-de-obra qualificada. Até hoje tem vivido muito sobre paradoxos económicos, tais como o que obriga a população serrenha a amassar e a comer o pão mais caro do mundo, porque é produzido com o seu trabalho mal remunerado; o que a leva a arrendar o solo dadivoso da serra à indústria capitalista de regiões distantes, que nele fará uma silvicultura descuidada e espoliadora, na base de eucaliptos em talhadia; ou ainda o que permite a instalação de enormes e pesadas unidades hoteleiras que, além de serem alheias à sua vida, dificultam, quando não impedem, o acesso e usufruto normal de um bem paisagístico que a natureza prodigalizou.

Administrativamente, o Algarve constitui uma unidade natural nunca contestada em estudos que de há muitos anos para cá vêm sendo feitos por geógrafos, por naturalistas e até por economistas, sem invocar as razões políticas vindas do Islão e aceites desde os primeiros séculos da nacionalidade. Se tal tem sido reconhecido desde sempre, acontece que esta concepção hoje se reforça se utilizarmos uma visão ecológica ou sistémica no enquadramento e apreciação do território que, ao Sul do País, fica enquadrado entre o mar e os rios Guadiana, Vascão e Odeceixe. Assim o entenderam as propostas de regionalização, pois todas conferem autonomia e unidade à província do Algarve.

A diversidade das zonas que vão das cumeadas sianíticas de Monchique ou xistosas do Caldeirão à faixa arenosa ou de arribas

morenas do litoral, passando por um barrocal agreste e pedregoso, coberto por uma garrigue estépica e aromática, tem de facto uma leitura unitária. Constitui um amplo sistema biofísico com tendência natural para um estado de equilíbrio, e portanto de funcionamento lento e de produção líquida modesta. Para aumentar o seu ritmo de produção e assim permitir uma exploração quantiosa em benefício do homem, há necessidade de o gerir de acordo com uma visão global e dinâmica, considerando simultaneamente o território, o seu coberto vegetal, o clima, as linhas de água e o ciclo hidrológico, e ainda o homem que aí vive, o seu nível de conhecimento e as actividades a que se dedica.

O Algarve, na sua unidade ecológica, pode subdividir-se nos quatro principais subsistemas seguintes:

- A serra xistosa e sianítica, de elevada pluviosidade, por vezes acima dos mil milímetros, com um manto vegetal composto hoje por um maqui secundário de constituição lenhosa, que empobrece e rareia do alto de Monchique até às margens do Guadiana. Nela se destacam o sobreiro, o medronheiro e a esteva, em condições topográficas especiais do terreno de solo delgado e grandes declives que desaconselham actividades agrícolas.
- O barrocal jurássico, calcário e pedregoso, zona típica da alfarrobeira, amendoeira e oliveira e de uma garrigue em tufos, altamente xerofítica e aromática. À custa de uma intervenção lenta mas contínua de espedrega, granjeio do solo e enxertia das árvores espontâneas, o homem tem procurado e conseguido humanizar e valorizar a paisagem em termos económicos.
- A zona de terreno susceptível de exploração agrícola, que inclui o barrocal espedregado e as areias onde já se praticam, em regadio, algumas das culturas mais interessantes

do País, com produções que ultrapassam em muito os padrões tradicionais. Protegida das nortadas e portanto das temperaturas baixas no início do ciclo vegetativo, esta região constitui, como iremos ver, a grande reserva agrícola do Algarve e porventura até do País, se considerarmos a arboricultura e as primícias hortícolas. Também não será de desprezar certa floricultura aqui bem adaptada.

- Por último, a faixa litoral onde se pratica, com maior intensidade, o turismo e o recreio, tirando partido de um clima semi-árido, quente e de grande luminosidade, que convida a trajes ligeiros e à vida ao ar livre. Nela sobressai a estreita orla de areia fina, a barlavento, protegida do norte por falésias, mas sempre amorosamente afagada por um mar morno e calmo que incita à descontração e ao repouso.

Para completar esta análise haveria que referir outros elementos que caracterizam a região: a radiação solar, o ciclo hidrológico e o homem que aí vive.

*A radiação solar*, ou seja a energia que directamente faz funcionar todo o grande sistema vegetal e indirectamente todos os restantes, e que cria condições propícias ao turismo, assume no Algarve valores anuais extraordinariamente elevados, da ordem das 170 000 calorias por centímetro quadrado, só alcançados em regiões tropicais. Simplesmente existem factores que limitam a sua acção como motor do processo produtivo, com destaque para o frio do Inverno e principalmente a secura do Verão, ao reduzir a eficácia do processo para menos de cinquenta por cento. Na prática, a redução ainda é muito maior, pois cerca de 70 % da radiação solar distribui-se pelos seis meses de maior aridez, quando o solo acusa deficiência de humidade muito acentuada.

*O ciclo hidrológico* é, depois da radiação solar, o fenómeno mais importante na valorização dos quatro subsistemas fitogeo-

gráficos mencionados. Da forma como ocorre ao longo do ano, em especial no que diz respeito à duração e gestão do seu ramo terrestre, depende, mais que de qualquer outro factor, o funcionamento integrado do grande sistema algarvio em apoio à permanência do homem em níveis razoáveis de bem-estar e de qualidade de vida, qualquer que seja o sector de actividade a que se dedique.

*O homem*, finalmente, deverá ser o elemento fundamental no comando do processo, necessitando para isso de uma educação cívica e profissional adequada, a obter no ensino a todos os níveis, de modo a tornar-se interessado e comprometido, logo a partir da Escola, em qualquer grande projecto regional que se procure realizar. Veremos que a execução deste para o Algarve, embora dependa muito de um ordenamento biofísico e da gestão correcta e integrada dos recursos naturais disponíveis, sobretudo da água, depende principalmente da valorização intelectual, cultural e profissional do homem.

\*

Os factores e os subsistemas atrás referidos constituem, em conjunto, um grande Sistema Ecológico funcional, de composição diversificada e específica, consumindo e produzindo com um ritmo e um rendimento de acordo com a intervenção do homem. A este compete intervir no jogo de relações e assim criar o modelo que melhor o sirva, tendo em conta não só a realidade biofísica que permite níveis máximos de produção e de rendibilidade, mas também e principalmente o seu equilíbrio dinâmico.

Essa intervenção dependerá pois de um correcto conhecimento dos factores e de um ordenamento do território que leve a prepará-lo para satisfazer as necessidades da sociedade, sem cair

em situações de desequilíbrio irreparável, como tem acontecido em certas zonas de clima mediterrâneo. De resto, como iremos ver, a intervenção do homem nos sistemas ecológicos apenas se deve processar e intensificar sempre que não represente perigo de irreparável desestabilização como já tem acontecido na serra xistosa. Aqui, vegetação e solo apoiam-se e condicionam-se contra o avanço do deserto, havendo portanto necessidade de manter o seu equilíbrio relativo.



Vimos, resumidamente, de que forma se distribuem as zonas naturais ou biogeográficas dos 500 mil hectares do Algarve, e delas a que melhor se adapta à exploração do seu coberto vegetal, sabendo que o desequilíbrio acentuado que a agricultura tende a criar pode ser constantemente controlado pelo agricultor esclarecido que sabe manejar a água e a energia, esta sob a forma de alfaias, nutrientes, fitofármacos, granjeios, etc. Consegue-se, assim, aumentar muito as produções, desde que se evite o perigo de se caminhar, como já acontece em muitas regiões de energia fácil e barata, para situações em que o balanço energético apresenta saldos progressivamente menores, isto é, em que ao aumento crescente dos *inputs* de energia não corresponde acréscimo crescente na colheita ou *output*. Não podemos de facto afirmar que, ao criarem-se e manterem-se sistemas produtivos nos 100 mil hectares do litoral, como hoje se faz, com grandes consumos de energia e de materiais, se esteja a efectuar uma aplicação correcta do conhecimento científico. Veremos adiante que frequentemente assim não acontece, do que resulta baixa produtividade em relação aos factores aplicados, muitas vezes adicionados em excesso ou pelo menos relativamente mal quantificados.

A actividade agrícola com saldo energético negativo constitui verdadeiro escândalo em economia biofísica, a que não podemos aderir; ela é a responsável pela exaustão dos materiais e da energia fóssil no mundo de hoje.

Nos 300 ou 400 mil hectares, ou seja na serra algarvia, há que manter, pelo contrário, uma exploração com pouca intervenção do homem. Aqui o coberto vegetal típico limita-se a ter uma função essencialmente estabilizadora, embora fornecedora de serviços e de produtos secundários, como são considerados em economia florestal, mas altamente significativos em termos ecológicos e até económicos. Estão neste caso a água, a cortiça, essências, mel, mato, frutos (para álcool e para forragem), e também a beleza paisagística, sem esquecer o manancial inesgotável de cultura da gente que aí vive, ensimesmada na sua tradição que dificilmente chega ao conhecimento da cidade. Nesta região se inclui também o barrocal pedregoso, igualmente percorrido por fogos e por cabras, composto por uma flora tipicamente mediterrânea, em que a intervenção do homem quase não existe ou apenas vai ao ponto de domesticar pela enxertia, arredadas algumas pedras e a vegetação competitiva, os zambujeiros, os alfarrobeirões e as amendoeiras bravas.

As zonas de intervenção do agricultor compreendem pois as áreas do Algarve-barrocal de solo espedregado e a das areias onde, devido a grande secura, se mantém uma tradição árabe de regadio. Esta última foi ampliada após a instalação das duas albufeiras — a do Arade e a da Bravura — e a descoberta de aquíferos profundos mas susceptíveis de serem explorados pela iniciativa individual. Aqui se processa uma agricultura intensiva com base em pomares (citrinos, uvas de mesa, etc.) e de primícias hortícolas que fornecem elevados rendimentos nos grandes mercados consumidores do norte do Sado. A superfície sujeita a esta exploração, actualmente apenas da ordem dos poucos milhares de hectares, consente intervenções intensas do homem acompa-

nhadas desde o fornecimento de água e de nutrientes até o uso de castas e clones geneticamente melhorados e de tecnologia sofisticada, que inclui o uso de plásticos que impedem as infestantes do solo e constituem armações aéreas, permitindo aumentar ainda mais a precocidade e de certo modo a produção. Por vezes, vai-se ao ponto de utilizar a rega gota-a-gota; e já vão mesmo aparecendo culturas em regime hidropónico.

Temos assim que, enquanto na serra se deve diminuir a intervenção do homem, de modo a criar as condições favoráveis para que o coberto vegetal espontâneo exerça a sua função moderadora no ciclo hidrológico, e portanto de fornecedor de água útil para consumo, no litoral, pelo contrário, dever-se-á instalar uma agricultura fortemente tecnicizada mas equilibrada, baseada no estudo e no jogo dos factores ecológicos disponíveis.

Vimos anteriormente que a luz é o factor ecológico que mais determina não só a existência e a repartição geográfica das plantas, isoladas ou em comunidade, mas também a produtividade dos sistemas de que aquelas fazem parte. As plantas reagem tanto à qualidade do espectro solar como ao ritmo diário e sazonal da radiação e à intensidade do fluxo solar. De resto este fluxo, derramado sobre as plantas, constitui a única fonte de energia capaz de mover a imensa fábrica que produz as fibras e os alimentos que mantêm o homem, a partir dessas máquinas que são os conjuntos de plantas que cobrem a Terra.

Tudo depende da luz e da capacidade que o coberto vegetal tem de utilizar essa energia no circuito dos nutrientes. Simplesmente, há que estudar capazmente esse condicionalismo nas suas relações económicas com os factores disponíveis mas que têm os

seus custos. O facto de o Algarve ser uma região favorecida pela grande quantidade de energia solar que recebe permite acelerar o trabalho da fábrica de produção que é o coberto vegetal e que tem como base o processo de captação, armazenamento e transferência dessa energia, ou seja a fotossíntese. Só que, por vezes, e para determinado coberto vegetal, a quantidade de luz é tanta que exerce efeitos contraproducentes, por mais heliófilas que sejam as plantas. Quantidades excessivas de luz solar podem, de facto, ter efeito negativo no crescimento, por se dar uma saturação luminosa, digamos assim, sobretudo quanto mais evidentes forem as características ciáfilas das plantas. Nestas condições, convém fazer-se uma agricultura estratificada, de modo a que o fluxo de energia recebido do sol atravesse os estratos superiores e parte dele atinja os estratos inferiores em quantidade suficiente.

É o que acontece com a agricultura mista e a três dimensões que se faz no Minho, em oposição à monocultura do Alentejo, esta apenas a duas dimensões e por vezes de muito fraca densidade. A primeira é estável e produtiva; a segunda é instável e de fraco rendimento.

É fácil concluir que a aptidão cultural do Algarve deve ser mobilizada nos meses de Verão, quando maior resultado se obtém da intervenção do homem no sentido de intensificar o funcionamento dos ecossistemas disponíveis; bastaria que se eliminasse, com a rega, a seca que neste caso é o principal factor limitante. Desta forma seriam conseguidas, em seis meses, produções iguais ou maiores do que as obtidas por outros sistemas ecológicos durante 365 dias por ano, como acontece, por exemplo, com a cana do açúcar num clima intertropical. É evidente pois que, no Algarve, se deve apenas utilizar plantas de ciclo curto mas de elevada eficácia, de modo a tirar o maior partido, na época de maior intensidade da energia solar, de todos os factores capazes de intensificarem a produção. Desta forma estamos em crer que

se conseguiriam, para estas culturas, as maiores colheitas do mundo.

Para isso os factores ecológicos quantitativos, que são os mais directamente envolvidos no processo vegetativo, devem ser estudados de modo a serem usados em quantidades e proporções adequadas, a partir da luz que especificamente a planta recebe e utiliza: é o caso da temperatura, da água e dos elementos minerais.

Já hoje se usam, no Algarve litoral, variedades agrícolas seleccionadas, embora sem critério seguro, espécies exóticas, abrigos de polietilene, granjeios complexos que incluem adições de água e de materiais indispensáveis à fotossíntese e à eliminação de infestantes, pragas e doenças; mas desconhece-se, de um ponto de vista racional e quantitativo, como esses factores actuam e as proporções correctas em que se devem apresentar. Apenas produzimos mais, o que neste caso, além de continuar a ser pouco rendível, pode trazer consequências biológicas desastrosas. De facto, embora a produção aumente, continuamos alheios à intimidade do processo, sem o conhecermos, sem o controlarmos nem o melhorarmos, trabalhando quase às cegas, por instinto. Pouco ou nada é ensaiado de acordo com uma metodologia que permita tirar conclusões seguras. As novidades aparecem subitamente, sem base experimental, trazidas por curiosos, gente de fora que um dia aqui chegou, atraída pelo clima, desembaraçada, de espírito inovador, embora um pouco aventureira, que procura repetir com êxito o que lhe foi possível aprender em regiões distantes.

Quase tudo o que se pratica no Algarve é produto de importação arbitrária, sem passagem pelo crivo da experimentação selectiva e criteriosa dos serviços responsáveis. E na comercialização continua o caos, sempre em prejuízo do agricultor, este incapaz de se organizar e se associar.

No Algarve, seleccionadas as plantas teoricamente aptas para fornecer colheitas abundantes, altamente heliófilas, capazes de elevada eficácia fitológica, haveria que encontrar a forma optimizada de resolver a função de produção. Esta deve considerar nas suas variáveis, por um lado, os factores disponíveis em excesso, como são a luz e o calor e a capacidade das plantas de os utilizar; e, por outro, os factores raros ou pelo menos de custos elevados, como a água e os materiais biogeoquímicos que entram num circuito movido e intensificado pelos primeiros. O nosso conhecimento actual limita-se a uma fisiologia de perspectiva qualitativa; nunca estudámos os fenómenos de um ponto de vista termodinâmico ou quantitativo, o que para nós maior importância deveria ter.

O fenómeno da fotossíntese, base do crescimento e portanto da produção, não depende linear e cumulativamente, para cada coberto vegetal, do sol, da água e dos nutrientes, uma vez que a eficiência destes elementos tem muito a ver com a proporção relativa com que eles entram no sistema. É assim que, no seguimento de autores que sobre este assunto se têm debruçado, definimos um dia a Agricultura (ou a Silvicultura) como a Técnica que permite aumentar, em benefício do homem, a recepção, o armazenamento e a transformação da energia recebida do Sol através de conjuntos de plantas em ambiente adequadamente provido de certos factores ecológicos, tais como humidade, nutrientes, temperatura e anidrido carbónico, e cujas eficácia e produção dependem da sua composição, estrutura e constituição genética\*.

---

\* In prefácio de «O potencial agrícola das regiões tropicais húmidas», por Ien-Hu Chang. Universidade de Luanda, 1973.

É evidente que, na agricultura regada do Algarve, se devem utilizar plantas heliófilas e megatérmicas de curto ciclo de vida, e destas as que melhor respondem, simultaneamente, a adições de água e de materiais em proporções adequadas. Devem portanto procurar-se plantas rústicas e de sistemas foliar e radical capazes de intensificarem a sua actividade e portanto o seu metabolismo, isto é, geneticamente melhoradas no sentido de utilizarem doses elevadas de energia solar\*.

A necessidade de humidade aconselha a que se apoie a agricultura do Algarve com uma densa rede de albufeiras dispersa por toda a Província, em especial a montante da faixa do triásico, com vista à captação e retenção de água, destinada esta quer a utilização directa quer indirecta, abastecendo neste caso fontes e aquíferos indispensáveis à manutenção do lençol freático do baixo litoral. A chuva torrencial caída sobre um solo declivoso, sem a camada permeável que caracteriza a rizosfera do coberto vegetal, além de não contribuir para o bom funcionamento dos ecossistemas, arrasta consigo a camada superficial do solo, impedindo que se formem condições de êxito para a agricultura de amanhã. Erosão se chama a este fenómeno que tem sido o principal responsável pela diminuição da fertilidade de grandes áreas da região serrenha.

Mas tudo isto exige uma experimentação cuidadosa, de modo a conhecerem-se as quantidades e as proporções certas e, assim, evitar-se a existência simultânea de factores em deficiência e de factores em excesso.

A agricultura algarvia conserva ainda possibilidades técnicas insuspeitas até o dia em que, com conhecimento dos factores disponíveis e da forma de os utilizar, consiga tirar partido das

---

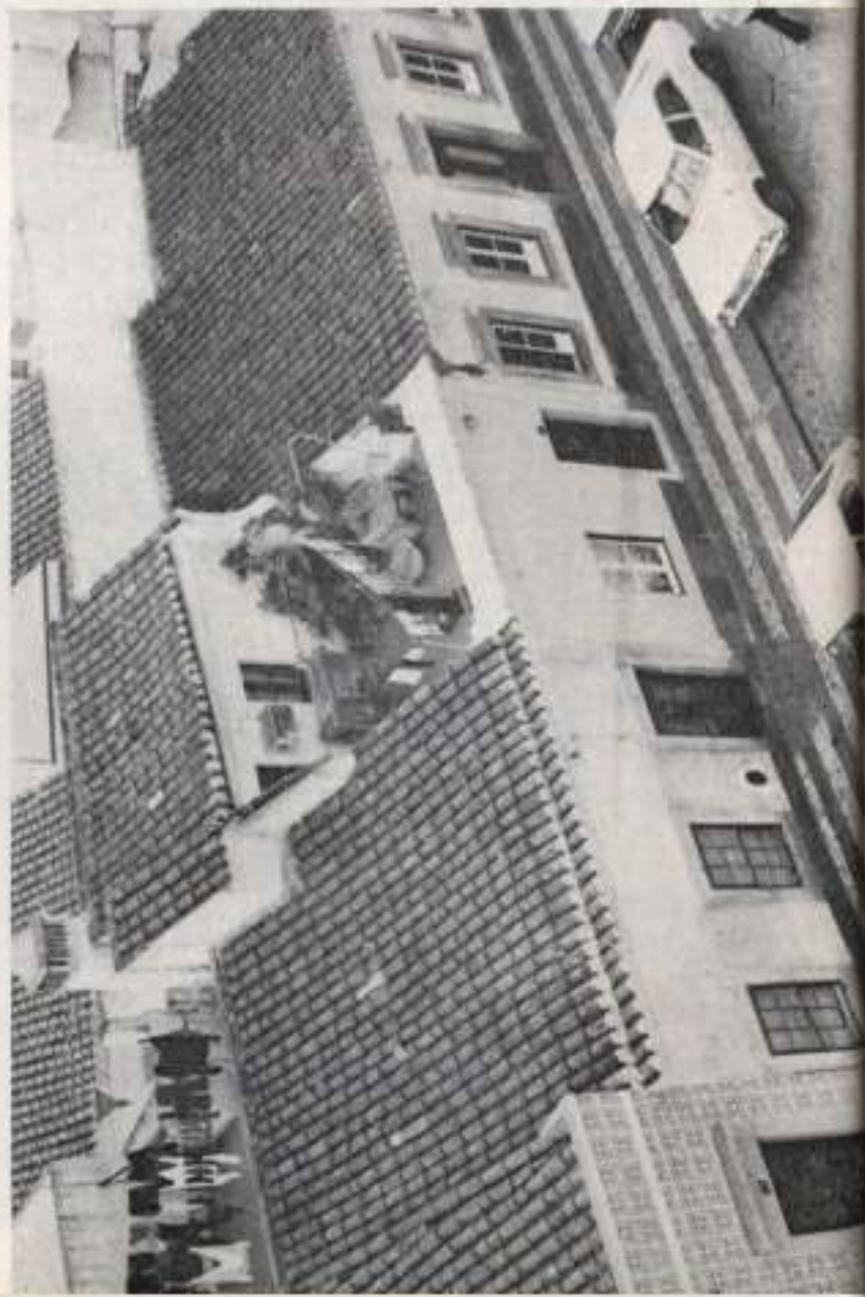
\* Nos países tecnicamente evoluídos a utilização de 1% da energia solar no processo de produção agrícola é considerado altamente vantajosa.



A fraca produção de cereal nas encostas declivosas da serra não pode constituir alicerce firme da economia do Algarve; o mesmo se não pode dizer da «fábrica» de produção vegetal no Baixo-Algarve desde que lhe não faltem água e granjeios esmerados.



Casario típico algarvio. Ao fundo vê-se a zona húmida que constitui a Ria Formosa, grande produtora de marisco e de pescado.





Na serra as habitações degradam-se perante o êxodo dos habitantes.  
Nas aldeias limítrofes o casario branqueja e dá uma nota de garridice que não se ajusta à baixa qualidade de vida de quem nele habita.





É sempre incorrecta a preparação do solo nas umbrias e soalheiras declivosas da serra algarvia quer para eucaliptos quer para cereal: pressagia o deserto.

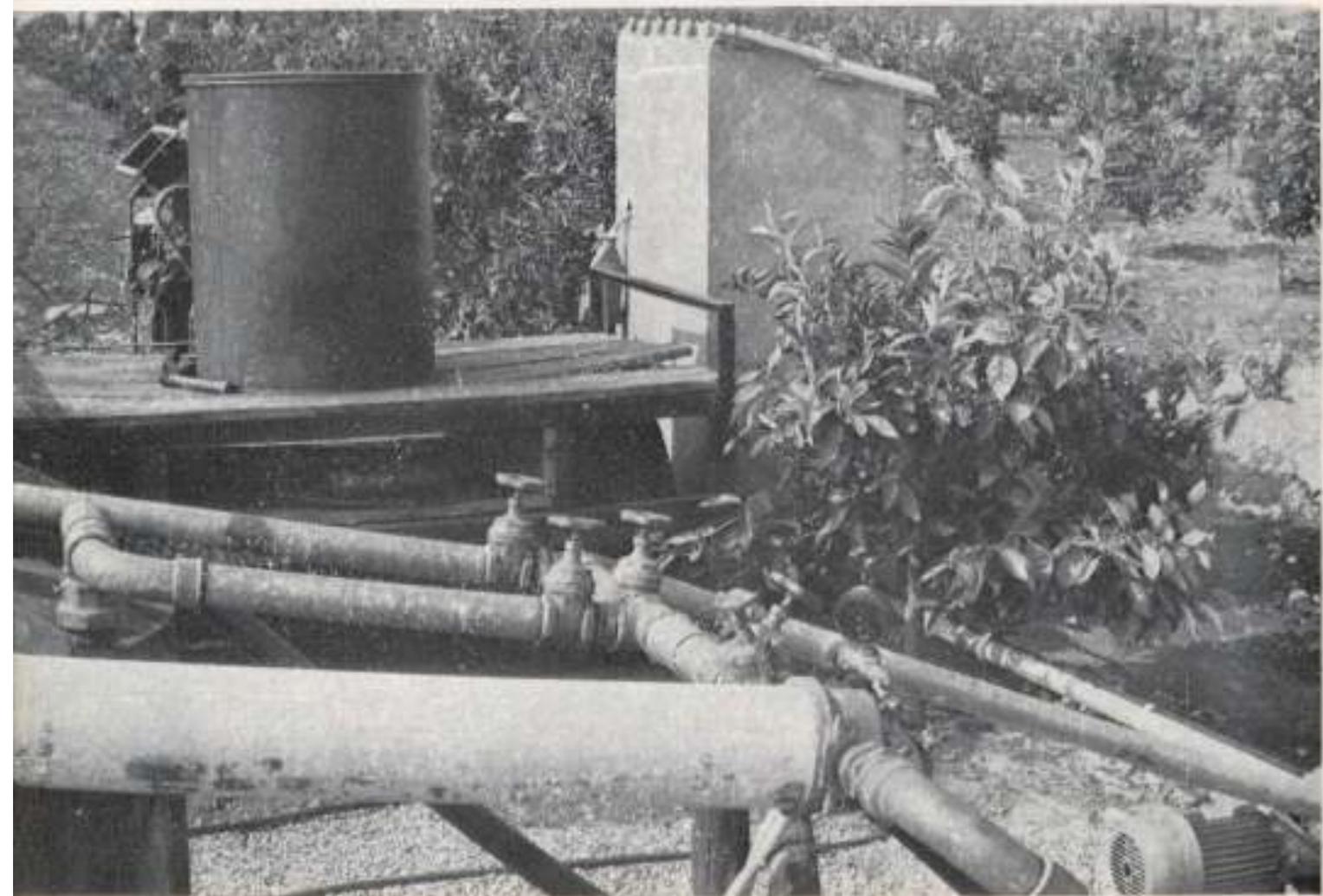


As uvas de mesa e os morangos constituem das culturas mais rendosas da agricultura regada do Algarve.





A água constitui, em zonas semi-áridas de grande luminosidade, o factor limitante da produção vegetal. Em cima, rega tradicional; em baixo, equipamento para a rega gota-a-gota, perto de Algoz, técnica que permite poupar grandes quantidades de água.





A orla marítima é uma das grandes atracções do Algarve semi-árido. Pena é que nela se não utilizem soluções urbanísticas que defendam do ruído, da poluição do ar e até da agressão física quem aí procura descanso, tranquilidade e recreio. A solução de Pitsunda, no Mar Negro, ao contrário do que se passa no Algarve, protege o peão, afastando para longe as viaturas motorizadas.





Obra de palma, louça de barro e vasilhame de folha-de-flandres são três produtos típicos do artesanato algarvio.

suas enormes potencialidades. Repare-se que a máxima produção de matéria seca anda por 250 quilos por hectare/dia, durante todo o ano, o que se não afasta muito do que actualmente já se consegue nos abrigos algarvios em 5 ou 6 meses, enquanto em terra de sequeiro não deve ultrapassar dois por cento desse valor.

No Algarve, a água, ao passar do nível de escassez para o de abundância, permite maior largueza no uso dos restantes factores. Isto é, o aumento do factor limitante reflecte-se directamente na eficácia e portanto na rendibilidade dos restantes factores até então em excesso, e assim também na produtividade de todo o processo.

Além da luz, outro aspecto importante é o da obtenção dos nutrientes indispensáveis ao processo da produção. Para o resolver haverá que montar serviços próprios em cada uma das autarquias, de modo a fazer com que os elementos biogeoquímicos existentes nos detritos possam regressar à origem e assim entrar no ciclo dos materiais, processo fundamental no funcionamento dos ecossistemas em produção ou crescimento. Sem reciclagem de nutrientes não é possível manter-se estável a agricultura regional, mormente quando exigimos dela elevadas colheitas. Sem reciclagem caminhamos para a rápida exaustão dos materiais obtidos do solo pelos processos naturais de meteorização, obrigando-nos a recorrer ao sistema energeticamente oneroso e biologicamente desaconselhável do emprego maciço de produtos da indústria química.

Tal como para a água, temos que evitar a todo o transe que os minerais utilizados na formação da matéria orgânica se percam no mar. Aqui, como noutros sectores, a reciclagem é o segredo da perpetuidade do sistema em equilíbrio, produtivo e dinâmico.

Felizmente a água obtém-se a partir de um ciclo natural que, impulsionado também pela energia solar, constantemente a recicla, embora em ritmo sazonal e lento para as necessidades cres-

centes do homem; mas os materiais libertados pelo metabolismo dos organismos de mais elevado nível trófico ou rejeitados pela civilização de produção imoderada, consumo e desperdício, não mais voltam a ser utilizados se se encaminharem para os efluentes que os conduzem para o fundo do mar. Frequentemente, neste trajecto acabam até por degradar, sujar, exalar cheiros nauseabundos, criando, além de tudo, um grave problema de saúde pública. Só de detritos sólidos o Algarve está a perder, por incineração, por enterramento ou por outro qualquer processo depredativo, que não evita a poluição, cerca de 1800 toneladas por semana, o que corresponde, aos preços correntes de mercado, a cerca de 1200 contos, preço que na realidade não dá conta do verdadeiro valor deste produto.

Neste momento, os rios portugueses, do Minho ao Guadiana, estão de facto a transformar-se progressivamente em canais de esgoto, de líquido ludo, constituindo ecossistemas em profundo desequilíbrio, inteiramente eutroficados, diminuindo o seu teor em oxigénio e portanto a capacidade de vida, incapazes de cumprirem a sua função natural não só de produtores de beleza, de água pura e de alimento proteico, mas também de Ambiente que permita a permanência, o convívio e o recreio do homem.

\*

É desta perspectiva global do uso de modelos ecologicamente adaptados às diferentes zonas atrás definidas que resultará a estabilidade do Algarve em nível elevado de progresso.

Lembremo-nos de que foi na Serra, nos anos 30, que também se procurou o auxílio para resolver, contra a estabilidade dos ecossistemas aí existentes, o problema da produção de trigo; e que hoje, na mesma linha de irreflectida ou ignorante ganância, se

procura resolver o problema do abastecimento de celulose às fábricas mal dimensionadas dispersas pelo Norte, em nome dum apreço e discutível interesse nacional. Ainda se mantém a convicção de há 50 anos de que o sector secundário ou industrial é o único que responde, capazmente, à adição de doses de conhecimento e de tecnologia. Daí o seu prestígio que leva o mundo a percorrer o caminho errado do crescimento industrial contínuo.

Para captar a máxima energia solar e transformá-la, com eficácia, em fibras e em alimentos, essa energia que democraticamente se derrama em grandes quantidades sobre o Algarve, é preciso, como vimos, seleccionar e melhorar as plantas disponíveis e fornecer-lhes água e nutrientes em quantidade suficiente.

Mas quem estuda o fenómeno produtivo deste ponto de vista, que é o mais frutuoso para o condicionalismo ecológico do Algarve? Quem sabe em Portugal responder às questões postas por uma agricultura de regadio tão especializada e tão tecnificada como a que se pode fazer no Algarve litoral e semi-árido? Quem conhece o comportamento das plantas cultiváveis em relação ao fluxo energético por elas recebido do Sol e o seu impulso na velocidade do circuito de materiais? Quem reconhece na agricultura algarvia, ou até fora dela, o interesse da compartimentação, da policultura estratificada e de elevada densidade, e da influência global do sol, água e nutrientes em cada cultura? Quem sabe resolver da forma mais conveniente, no Algarve, a função de produção, considerando simultaneamente as 4 principais variáveis ecológicas, que compreendem as plantas (seus aparelhos foliar e radical), a radiação solar, a humidade e os elementos biogeoquímicos?

\* \* \*

Além das duas zonas mais extensas, a do Algarve serrenho e a do Algarve litoral, há, como vimos, uma estreita faixa banhada pelo mar e que vai do Guadiana à ponta de S. Vicente, ora areal, ora falésia. Nela podemos considerar dois tipos de aproveitamento: um deles, de apoio à pesca, é constituído pelo equipamento portuário mais ou menos rudimentar, quase sempre na foz dos rios, enseadas ou rias; um outro pelo areal dourado e fino, banhado por um mar morno que, em conjugação com um clima semi-árido e um sol constante e luminoso, faz desta praia quase contínua que é a costa algarvia, em especial os 172 quilómetros voltados para o Sul, uma das regiões de lazer e recreio mais apetecidas pelos habitantes não só do País mas também da Europa do Oeste e Nórdica. Até agora, esta estreita faixa tem sido explorada por um equipamento hoteleiro luxuoso, em expansão, quase sempre incorrectamente instalado nas falésias, junto ao mar. A seu lado e ao longo da costa, em especial nas povoações, como que constituindo outro mundo, ficam avenidas mal inseridas, ruidosas, sem gosto nem condições de atracção, onde a sujidade se espalha, percorridas por automóveis e motoretas agressivas e poluentes que afugentam os peões. Esta utilização corrente do espaço junto ao mar, quais feiras ruidosas, constitui um contra-senso urbanístico, se pensarmos que esse é o local mais aconselhado para se passar férias em contacto com a Natureza, em ambiente de repouso e de tranquilidade. É por isso que se torna urgente um ordenamento do litoral, para que este seja defendido da civilização motorizada, e disciplinada a sua utilização.

A corrida para a costa tem sido de tal ordem que, no curto espaço de 20 anos, além dos inúmeros edifícios de apartamentos utilizados apenas num pequeno período do ano, instalaram-se

cerca de duas centenas de hotéis que em breve atingirão um total de 10 mil quartos. Estas unidades são frequentadas pela Europa desenvolvida e capitalista, de elevado nível de vida e de consumos e desperdícios imoderados. Entretanto, apenas existe deficiente equipamento social para instalar poucos milhares de pessoas em parques de campismo, predominando as instalações impróprias, clandestinas, mal equipadas, sem o mínimo de infraestruturas sociais.

Mas já hoje se levantam problemas de rendibilidade dos hotéis de turismo, ouvindo-se falar de um planeamento de férias para os portugueses, em que estes ocupariam o equipamento hoteleiro nos 8 meses disponíveis, fora da época mais apetecida, quando não há procura externa. E tudo isso sem avaliar e medir os benefícios e os malefícios económicos e sociais deste procedimento.

Deixámos de ser um povo colonialista, mas temos dificuldade em não continuarmos a ser colonizados pela Europa capitalista.

O turismo é uma actividade de características económicas aleatórias, sujeito a contingências que nos ultrapassam e em que se não poderá alicerçar um plano a longo prazo, tendo como meta a prosperidade nacional. Constitui um dos caminhos fáceis, embora inseguro, de ajudar a resolver os graves problemas conjunturais do País, sem recorrer a grandes investimentos de conhecimento, de capital e de criatividade. Basta entrar, passivamente, com o que a Natureza nos concedeu.

Para já, a corrida sem plano e sem critério para o litoral algarvio teve três principais efeitos: um deles foi acentuar o fosso entre o agricultor e o homem do sector dos serviços, aumentando ainda mais o desprestígio daquele na sociedade portuguesa; um outro foi conduzir à degradação a bela paisagem costeira, por vezes com soluções urbanísticas inconvenientes que quase escon-

dem o mar aos nossos olhos, com excepção de algumas aldeias turísticas bem inseridas no terreno; e finalmente foi entregar um recurso social, que é de todo o povo português, em grande parte ao usufruto de estrangeiros cuja recomendação é apenas um livro de cheques de moeda forte.

Neste processo turístico, o povo algarvio limita-se a fornecer mão-de-obra não qualificada e a transaccionar alguns géneros, frequentando apenas os locais a que ainda tem acesso. Constrói por vezes habitações ou mesmo barracas de veraneio clandestinas que, sendo inaceitáveis do ponto de vista estético e ajudando a degradação do solo e da paisagem, constituem na verdade como que uma resposta à política de usurpação do espaço pelas grandes unidades hoteleiras para ele inacessíveis. Partindo do princípio de que, por necessidades conjunturais, somos obrigados a fomentar uma actividade enquistada no território nacional, pelas divisas que fornece à nossa débil e desequilibrada balança cambial, há que preparar desde já a reconversão futura de certo equipamento de turismo de luxo em turismo social.

Entretanto oxalá não estejamos, como a pequena e frágil carga, a chocar o ovo do forte e agressivo cuco que, tal como o turista, é apenas anunciador do bom tempo primaveril.

Em climas como o do Algarve, há que fazer uma política que privilegie o peão, em especial quando em lazer ou turismo, não só na serra mas também nos centros urbanos e mais ainda no litoral, na zona de convívio e de recreio. Por outro lado há que defender uma política rígida de saneamento da orla costeira, a partir da acção das autarquias locais. Hoje é desoladora e até vergonhosa para todos nós a forma displicente como se entrega o litoral do Algarve ao mau gosto e à sujidade que justifica, inclusivamente, a existência de cães e de moscas nas praias algarvias.

Aqui e ali, onde as condições o aconselhem, poderá o Algarve justificar um certo equipamento pecuário e industrial, este especialmente apontado para a transformação e conservação dos produtos do sector primário excedentes do consumo sazonal, tais como: peixe, marisco, fruta e outros produtos vegetais, mel, essências, aguardentes finas e, se possível, também artesanato que utilize materiais da região como a palmeira anã, a cortiça, a amêndoa, o figo, etc.

Tudo o que temos vindo a preconizar, desde a reduzida mas intencional intervenção do homem nos ecossistemas da serra e da orla do litoral arenoso, mas por vezes graciosamente rochoso, até à intervenção intensa nos ecossistemas do baixo Algarve, à pesca, à indústria, ao turismo e ao recreio — tudo isto necessita de ser conduzido e orientado pelo homem munido de conhecimento e de experiência, segundo uma perspectiva global de ordenamento. Mas o projecto que daí resultar carece de ser compreendido e apoiado não só pelo político, o administrador, o técnico ou o gestor, mas também e principalmente por quem o for executar e dele receber os benefícios. Por esse motivo considera-se fundamental, até com absoluta prioridade, fornecer conhecimento técnico e profissional ao povo algarvio para que, consciente e democraticamente, ele possa plebiscitar esse projecto e nele colaborar. O que se estabelecer, o plano que se adoptar, o modelo que se idealizar, tudo terá que constar da própria cartilha de aprendizagem da escola primária e do livro de texto da Universidade a ser

instalada, passando pelo ensino secundário. É preciso, logo à partida, comprometer neste projecto global todo o povo algarvio, o que só será possível por intermédio de um ensino adequado e específico, que faça do condicionalismo ecológico e humano desta terra um exemplo; e depois, dos seus ensinamentos, partir para o ensaio demonstrativo. Nesta perspectiva, não só o ensino oferecido no Algarve aos jovens algarvios deve garantir continuidade após o Liceu, mas também os planos curriculares se devem diferenciar dos que se adoptam no ensino superior noutras áreas do País. Isto se quisermos levar a cabo a enorme tarefa de tornar a nossa Província uma terra onde o nível de vida e a qualidade de vida estejam em equilíbrio com o ambiente jovial, atraente e bom que convida a viver numa sociedade convivencial, cujas benesses naturais o próprio turista loiro de terras distantes possa igualmente usufruir em paz e tranquilidade.

O ensino superior, a instalar em breve no Algarve, terá portanto que preocupar-se prioritariamente com os problemas regionais, privilegiando o Ambiente, o Homem e as suas inter-relações. Nele haverá que considerar a pesca no mar e na ria, nesta com intervenção na escolha e multiplicação do pescado e do marisco, segundo técnicas de aquacultura de que há muito a esperar; a indústria transformadora e o turismo; a engenharia do ambiente, considerando nela o impacto de todas as intervenções do homem no litoral, na instalação de minas e pedreiras, nas albufeiras, linhas de água, sapais e salinas; e, finalmente, o ordenamento biofísico adequado e a correcta ocupação da serra e do litoral pelo turismo e pelo recreio, defendendo-os da privatização do solo e da paisagem, de modo a entregá-los também ao usufruto de todo o povo algarvio. A juntar a estes ensinamentos que a região impõe, a Universidade deverá criar cursos dirigidos à informação e à preparação técnica e cultural do homem, incluindo neles a pedagogia, para o relançamento de um ensino que sirva a Província no seu

desejo de uma sociedade de estrutura socialista e portanto mais equidosa na distribuição dos benefícios, mais justa, mais humana e de maior capacidade de convívio.

Do que atrás se disse poder-se-á concluir que a valorização do Algarve, num caminho que permita fornecer ao homem melhor qualidade de vida e nível elevado de bem-estar, passa pela realização de um plano que contém os seguintes pontos:

1 — Manutenção da grande área de serra entregue ao seu coberto vegetal específico, com numerosas obras de retenção das águas da chuva disseminadas por toda ela;

1.1. Alargamento das pequenas áreas de regadio já existentes nos vales férteis e mimosos;

2 — Melhoramento da arboricultura de frutos secos do barrocal não regado, a partir do potencial genético existente mas quase ainda inteiramente desconhecido;

3 — Aumento das áreas do Algarve litoral beneficiadas pela água de rega;

3.1. Escolha de plantas que, em comunidade, mostrem capacidade de utilizar elevadas percentagens da radiação solar e dos restantes factores ecológicos responsáveis pela produção;

3.2. Estudo especializado dos granjeios a fazer e da forma de otimizar o conjunto de factores disponíveis, incluindo a energia radiante directamente recebida do sol, a água, os elementos biogeoquímicos e o trabalho humano, especializado ou não;

3.3. Utilização moderada da energia adicional exterior, qualquer que seja a forma como vai ser utilizada;

3.4. Instalação de uma rede de comercialização, apoiada em cooperativas, que faça reverter para os agricultores o valor integral da venda dos seus produtos;

4 — Criação, nos municípios, de serviços adequados de recolha e tratamento dos lixos e esgotos, procurando assim devolver ao solo os materiais ou elementos minerais dele retirados;

5 — Ordenamento correcto da faixa do litoral banhado pelo mar, da ria, das areias da praia e das falésias, prevendo a sua defesa e manutenção em condições de ser usufruída por turismo social praticado pelo povo português;

5.1. Limitação do turismo de luxo a zonas bem definidas, mas que em nenhum caso ofenda a paisagem com volumes exagerados ou que ocupe e degrade a zona do domínio público marítimo. Esta deve ser entregue aos peões, livres da agressão automobilística;

5.2. Disseminação de Parques de Campismo por sítios estrategicamente localizados, com adequado e valioso equipamento social que permita a sua utilização fácil, saudável e aprazível;

5.3. Preparação e valorização de roteiros turísticos, a percorrer em especial a pé por toda a serra, que permitam facilmente conhecer a paisagem biofísica e humana aí existentes;

6 — Protecção, reserva e valorização de sapais e marinhas que se estendem de Castro Marim a Quarteira, onde já se produz a maior parte do marisco português, em especial o bivalve;

6.1. Intensificação da aquacultura nas albufeiras da serra e na ria Formosa, a partir do melhoramento, selecção e criação das espécies mais aconselháveis;

7 — Protecção e reserva de zonas escolhidas do barrocal e da serra, seleccionadas pelas evidentes características de beleza paisagística, de riqueza natural e de grande potencial genético;

8 — Criação de pequenas indústrias por todo o território, em locais bem escolhidos, dedicadas principalmente à transformação

e à conservação dos produtos excedentes do consumo sazonal. (Referimo-nos não só à produção da ria e do mar, mas também à do barrocal e das areias, incluindo nesta frutos secos e carnudos e produtos hortícolas);

8.1. Intensificação do artesanato que utilize produtos típicos do Algarve, como a palmeira-anã, a amêndoa e o figo, a cera e o mel, o medronho e a alfarroba, a cortiça e as essências extraídas da garrigue e do maqui;

9 — Ensino, a todos os níveis, das matérias que entram na resolução dos problemas do Ambiente e do Homem, segundo uma perspectiva global que permita a este conhecer a forma de viver em equilíbrio perfeito e harmonia com aquele;

9.1. Estudo dos problemas da habitação e do urbanismo, da utilização da energia solar no aquecimento doméstico, das disfunções como resultado da intervenção do Homem no Ambiente, da pedagogia, da cultura, etc. (Dedicar idêntico interesse à engenharia do Ambiente e aos estudos do Homem);

10 — Inventário e protecção do património cultural e artístico, seja ele natural ou produto da acção do homem, como é o caso da literatura oral e da música tradicional, em grande parte ainda por recolher.

Neste momento, a Secretaria de Estado do Ambiente tem grupos de trabalho no Algarve, em busca da informação que lhe permita encontrar soluções correctas para os problemas fundamentais segundo uma integração ecológica. Deles avultam a recolha, tratamento e reciclagem dos lixos e esgotos nas autarquias locais, a definição de zonas e sítios de maior sensibilidade ecológica e o ordenamento racional, segundo os interesses do povo algarvio, da faixa junto ao mar. Está criada a Reserva de Castro Marim, a que se juntará em breve as da Ria Formosa e outras na serra e no barrocal.

Chegámos ao fim de uma viagem muito rápida e muito superficial por este reino encantado do Algarve, que nem sempre tem sido suficientemente generoso para o seu povo. Mas, se assim acontece, não podemos condenar o Ambiente biofísico que lhe coube. Se «o Sol quando nasce é para todos», não é a ele que se devem atribuir as culpas da assimétrica distribuição do seu fluxo sobre a Terra, a ponto de nesta haver recantos de penumbra e até de escuridão. A pobreza só existe na medida em que os recursos, bem ou mal conhecidos, não são adequadamente explorados e, pior do que tudo, equitativamente distribuídos pelos homens. De resto é este que cria a prosperidade, mas também é ele que por vezes impõe a miséria.

Há anos, exactamente em Março de 1954, perante uma assistência interessada como esta, concluí idêntica viagem pelo Algarve biofísico e humano desta forma: «Eliminada a exploração parasitária da serra, criadas as condições óptimas para a produção e o armazenamento da água, melhorada a agricultura do litoral pela técnica e pelo regadio, aumentada a indústria e intensificado o turismo, temos a certeza de que o novo Algarve será uma terra de promessa e de progresso... Depende da nossa vontade esse milagre, essa metamorfose; está nas nossas mãos a realização desse sonho» \*.

O tempo passou; e, exactamente 20 anos após esse incitamento, foi possível criarem-se em Portugal as condições para se deixar de falar eufemisticamente em milagre e em sonho: o projecto então sugerido está hoje inteiramente ao nosso alcance, dependente ape-

---

\* *Obra citada*, pág. 9.

nas das nossas vontade e determinação. Mas para isso teremos que encarar, de forma sistémica, o dualismo ecológico do Algarve, dando-lhe uma unidade que se baseie na identificação dos interesses sectoriais e que proponha o desfazer das assimetrias económicas e sociais existentes, segundo um Plano integrado. O Algarve tem condições para conferir elevado nível de vida aos seus habitantes; e a pobreza só existirá se os recursos, pouco conhecidos, continuarem a ser mal aproveitados e repartidos.

Na perspectiva ecológica que apontamos, apoiada na inegável capacidade mental e profissional do algarvio, o futuro poderá ser risonho, sobretudo se o ordenamento dos recursos for realizado com os olhos postos na via que conduz a um modelo de sociedade de estrutura socialista. Neste projecto, a disfunção social hoje existente atenuar-se-á e as assimetrias caminharão para o recto estabelecimento de um igual nível de bem-estar e de qualidade de vida. O socialismo fará que revirta igualmente para todos o produto global do esforço correctamente aplicado pelo homem, qualquer que seja o seu nascimento e a sua actividade, numa província assim tornada próspera pelo conhecimento, pela criatividade, pelo profissionalismo e pelo trabalho.

É estranho e inesperado que repetidas vezes se fale, com temor, de um «socialismo na miséria», como se esta, a existir, possa resultar daquele. A miséria ou a abundância de um povo, em termos absolutos, depende do seu empenho, do seu apego ao trabalho, da sua imaginação e da sua criatividade; da forma como se conhece e explora os recursos disponíveis. O socialismo apenas fornece uma filosofia de justiça, igualdade e solidariedade, e uma metodologia de equidade distributiva dos bens, sejam estes materiais ou espirituais. Contraria assim o capitalismo liberal ou industrial que, ao promover o crescimento, a produção, o consumo, o desperdício e o lucro, cria condições para que se gerem assimetrias sociais, lutas, competições e injustiças e, conseqüentemente,

a miséria relativa das classes afastadas dos grupos privilegiados que, tomando conta do poder, tudo decidem.

O nível de vida e de bem-estar dependem agora apenas da nossa vontade, do nosso esclarecimento e do esforço aplicado a um projecto que concite o interesse comum. A Constituição votada pelo povo assim o permite e o Governo actual, por ela legitimado, criou as condições para que tal seja possível. O caminho para uma sociedade mais justa e mais próspera foi posto ao nosso alcance.

A sociedade de crescimento desenfreado que em si veicula a injustiça e a instabilidade pode assim ser substituída por uma outra, de desenvolvimento integrado, que de todos receba participação e a todos inspire confiança.

O Algarve de hoje, o Al-faghar dos árabes, poderá consolidar-se ainda mais como «jardim estendido sobre a costa e apoiado contra um muro de serras que o defendem dos ventos do «norte, no dizer de Oliveira Martins \*. Nele os algarvios, chamando a si a responsabilidade de uma autêntica regionalização que lhes dê capacidade de dialogar, participar e decidir, viverão em perfeito mutualismo consigo próprios e com o Ambiente, garantindo assim a verdadeira prosperidade democrática que se apoia no equilíbrio, na diversidade, na permanência e no desenvolvimento dos sistemas de que fazem parte.

Neste procedimento não haverá prestidigitação nem segredos: apenas a mobilização dos recursos regionais e da capacidade criadora do povo algarvio identificado com o projecto ambicioso que aponta para o dia de amanhã e no qual todos se sentirão irmanados no mesmo ideal e na mesma esperança.

---

\* «História de Portugal», por Oliveira Martins.







SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE